

## **A crise do Estado e o movimento em direção ao “terceiro setor”: a reorganização da dominação burguesa no Brasil (1993-2003)**

Juliana Nascimento Costa da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O início dos anos 90, principalmente a partir do governo Collor, marcou no Brasil o processo de aprofundamento das bases políticas, econômicas e sociais do neoliberalismo. O crescente desmonte do Estado, no que diz respeito às seguridades sociais, veio aliado a um forte incentivo e investimento no chamado "terceiro setor" - nem Estado, nem mercado.

É a partir de 1995, com a Reforma gerencial do Estado - encabeçada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, durante o governo FHC -, que este movimento em direção ao "terceiro setor" toma corpo e limites mais bem modelados. A ideia base deste novo modelo gerencial proposto consta na separação dos "interesses sociais" e "interesses do Estado", atribuindo às organizações sociais a responsabilidade pela satisfação de necessidades coletivas, isentando o Estado restrito das mesmas para com a sociedade-civil.

Lemos este processo, então, não apenas como uma redução do Estado, mas principalmente como uma medida apassivadora de classe, e mesmo contrarrevolucionária. Isto porque é principalmente no espaço das favelas onde essas organizações sociais não-governamentais fincarão suas bases, oferecendo como serviços o que deveria ser garantido enquanto direito social.

Esta comunicação pretende identificar, portanto, o papel destas organizações não-governamentais na sociedade-civil enquanto aparelhos privados de hegemonia. Caracterizando o conjunto de intelectuais de frações da burguesia organizada nestas instituições, e de que modo seus projetos de sociedade passam do papel ao Estado restrito para serem levados a cabo na sociedade-civil, seremos capazes de compreender parte do processo de dominação burguesa no caso brasileiro.

**Palavras-chave:** Estado; Neoliberalismo; Dominação; ONGs; Terceiro Setor

### **The crisis of the state and the movement towards the "third sector": The reorganization of bourgeois domination in Brazil**

**Abstract:** The beginning of the 1990s, especially since the Collor's administration, marked in Brazil the process of deepening the political, economic and social foundations of neoliberalism. The growing dismantling of the State, with regard to social security, has allied with a strong incentive and investment in the so-called "third sector" - neither state nor market.

It is from 1995, with the State management reform - headed by the then minister Luiz Carlos Bresser Pereira, during the FHC government - that this movement towards the "third sector" is shaped. The basic idea of this proposed new managerial model is the separation of "social interests" and "interests of the State", assigning to social organizations the responsibility for meeting collective needs, exempting the restricted State from civil society.

We read this process, then, not only as a reduction of the State, but mainly as a class-giving, even counterrevolutionary, measure. This is because it is mainly in the space of

---

<sup>1</sup> Professora de História e mestranda pelo Programa de pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF)

*favelas* where these non-governmental social organizations will lay their foundations, offering as services what should be guaranteed as a social right.

**Keywords:** State; Neoliberalism; Domination; NGOs; Third sector

## **Introdução**

O esforço de pesquisa investido neste trabalho pretende contribuir com os demais estudos sobre a organização do Estado brasileiro, de maneira geral, e particularmente sobre a implementação da agenda neoliberal no Brasil e suas decorrentes alterações no cenário econômico-social e suas auto-reformulações adaptativas. Para tanto, lancei mão principalmente da análise de um fenômeno que data de antes do neoliberalismo, mas que se tornou marca dos novos tempos inaugurados pelo novo sistema político-econômico: as organizações não-governamentais.

Identificando histórica e sociologicamente o papel das ONGs na organização da sociedade civil enquanto aparelhos privados de hegemonia, avalio a importância e a função destas enquanto instrumento auxiliar de dominação de classes na sociedade brasileira. Exercendo papel fundamental na formação do consenso, as organizações não-governamentais atuam também como fortes aliadas de governos na obtenção de consenso em torno de determinados projetos de sociedade. O resultado da pesquisa pretende demonstrar como essas organizações tornaram-se parte importante da agenda privatista neoliberal – que entregou a instituições privadas compromissos sociais antes de responsabilidade do Estado –, bem como, ao lado da mídia burguesa, grandes disseminadoras de valores morais individualistas que serviram e servem de base social que sustenta o projeto neoliberal.

A partir disto, as questões que se colocaram foram: por qual motivo as camadas mais pobres da sociedade, principais interessadas na elaboração de políticas públicas que lhes garantam melhores condições de vida, estão excluídas do processo de construção das mesmas? Por que o Estado delega a estas organizações privadas o papel gestor destes projetos públicos? E como podem ser caracterizados estes grupos sociais e seus intelectuais dispostos a pensar a realidade brasileira e a construir projetos a serem alçados a políticas públicas?

O exemplo maior da prática entreguista do Estado às iniciativas privadas está no processo de formulação e desenvolvimento de políticas de segurança pública,

atualmente atrelados, coordenados e testados por instituições privadas. E a partir destes questionamentos proponho-me a analisar especificamente a ONG Viva Rio.

O Viva Rio foi fundado em dezembro de 1993, tendo surgido primeiro como um movimento (Movimento Viva Rio), e só dois anos depois, em 1995, tornou-se oficialmente uma instituição sem fins lucrativos. Não coincidentemente, o Viva Rio nasceu em 1993, ano em que dois dos retratos mais tristes da violência urbana no Rio de Janeiro tomaram os noticiários e comoveram todo o país. Em 23 julho e 29 agosto de 1993, com um intervalo de um pouco mais de um mês entre ambas, aconteceram respectivamente a chacina da Candelária e a chacina do Vigário Geral. Episódios marcantes no histórico de violência da cidade do Rio de Janeiro, onde jovens moradores de rua e jovens favelados foram cruelmente assassinados por policiais e ex-policiais militares da cidade. A dimensão da crueldade dos crimes, as motivações fúteis e o abuso de poder por parte da polícia militar chocaram grande parte da população carioca, e foi logo após essas tragédias que surgiu o Movimento Viva Rio.

Idealizado pelo sociólogo Herbert José de Souza, mais conhecido como Betinho, o Movimento Viva Rio pretendia criar *“um espaço de colaboração de todos os estratos da sociedade para confrontar os problemas criados pela desigualdade social”*<sup>2</sup>, e reuniu em sua fundação um grupo de quarenta pessoas de diversos setores da sociedade (acadêmicos e empresários, em sua maioria), dentre os quais o antropólogo Rubem César Fernandes, atual diretor executivo da instituição.

Em 1995, quando se torna uma organização não-governamental sem fins lucrativos, além de mobilizar campanhas populares, passa a desenvolver pesquisas, executar projetos, propor e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas com foco em comunidades expostas aos riscos da violência, abrangendo temas como segurança humana, educação, inclusão social, esporte e desenvolvimento local. E é a partir da análise dos projetos de segurança pública pensados pelo Viva Rio que o trabalho propor-se-á a desconstruir e compreender como se dá a organização da sociedade civil no interior da referida organização.

É bem certo que as ONGs, no Brasil e no mundo, encampam diferentes frentes, assumem compromissos diversos e organizam em seu interior grupos de distintas ideologias. No entanto, o Viva Rio se inscreve em um seleto e crescente grupo de organizações sem fins lucrativos de abrangência nacional e internacional, associada a e

---

<sup>2</sup> SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com – A luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. P. 104

financiada por organismos e governos nacionais e internacionais<sup>3</sup>, e a agências e empresas ligadas ao grande capital, como o Banco Mundial e a *Ford Foundation*. Partindo disto, a pesquisa caminha sobre as particularidades do Viva Rio, mas buscando sempre elementos gerais que tornem possível a compreensão e a comparação com as demais ONGs de proporções equivalentes.

Dadas a caracterização do movimento e as questões principais, o objeto central do trabalho são as políticas de segurança pública formuladas pelo Viva Rio pensando o cenário de violência urbana na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1993 e 2003 – período que compreende a fundação da organização Viva Rio e seus principais projetos de segurança pública que ascenderam a políticas públicas adotadas pelo Estado –, mais especificamente analisando o projeto conhecido como GPAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais), do ano 2000, que é aqui apresentado como o embrião do projeto das UPPs, implementado a partir de 2008 como política do estado do Rio de Janeiro.

O objetivo do estudo foi analisar o aumento da participação da sociedade civil no interior do Movimento Viva Rio, que se organiza para, junto com os governos, mas de forma dita autônoma (em ambos os lados), buscar soluções de combate à violência, procurando sempre legitimação e apoio no senso comum da sociedade. Toda a pesquisa busca investigar os limites desta “autonomia” da ação da sociedade civil em relação ao Estado e vice-versa, situando a conjuntura local carioca dentro do plano maior de estruturação e aprofundamento do neoliberalismo no Brasil e do avanço do capitalismo no mundo.

Através de uma análise materialista histórica e dialética tento de comprovar a seguinte hipótese: o Viva Rio, enquanto aparelho privado de hegemonia, representa os interesses da classe dominante ao conceber a segurança pública de maneira militarizada. Propondo, desenvolvendo e acompanhando políticas de segurança pública para a cidade do Rio de Janeiro, o Viva Rio elege membros de corporações militares (polícia e exército) para colaborar na elaboração e execução de projetos de segurança, excluindo a participação das camadas populares afetadas desse processo. Além disso, seguindo a lógica privatista neoliberal encampada pelo governo brasileiro desde os anos 90 (principalmente a partir do governo PSDB), o Viva Rio atua em grande medida como instrumento apassivador dos movimentos sociais, enfraquecendo as lutas dos

---

<sup>3</sup> No caso do Viva Rio, entre os principais financiadores internacionais estão: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Unicef; Unesco; Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Fundação Interamericana, entre outros.

movimentos de trabalhadores organizados oferecendo na forma de serviços o que deveriam ser direitos sociais.

É deste modo que esta organização dita “não-governamental” se atrela a governos, em mutualidade de interesses, levando a cabo suas políticas e trabalhando na obtenção de consenso da sociedade em torno destas. Neste caso, caberia afirmar que se a polícia militar e o exército são o braço coercitivo do Estado, os aparelhos privados de hegemonia (não sozinhos) são o braço do consenso. Assim, a hegemonia burguesa segue sua combinação de coerção e consenso para prosseguir em sua posição dominante, enraizando e naturalizando cada vez mais a sociedade capitalista que jogou parte da população para favela, mas para manter seu avanço, precisou subir o morro!

Para analisar a realidade das favelas precisamos pensar nestas desde o seu processo de formação, passando pelas diferentes medidas tomadas pelos governos para resolver o “problema favela”, e principalmente tomá-la como resultado das contradições do capitalismo, que não exclui partes da sociedade, mas as inclui no sistema de maneira forçada, precarizada e subalterna. Sobre esta inclusão forçada versa todo o estudo aqui apresentado.

## **I - O crescimento das favelas – A luta por terras e nova formação do espaço urbano**

Falar sobre segurança pública em uma região como a cidade do Rio de Janeiro torna imperativa a caracterização do surgimento das favelas, fenômeno social cujas raízes podem ser rastreadas na especificidade do processo de urbanização no Brasil.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, na obra *“Terra prometida: Uma história da questão agrária no Brasil”*<sup>4</sup>, apresentam a interpretação do processo cuja base tomei para a elaboração deste trabalho. Para compreender o processo de surgimento das favelas nos centros urbanos é preciso remontar o problema nacional da questão agrária no Brasil.

### **I.1 – Da Lei de Terras ao Estatuto da Terra**

*“A utilização, ocupação e relações fundiárias em cada país são legalmente regulamentadas pelo Estatuto da Terra. No Brasil, órgãos governamentais de*

---

<sup>4</sup> LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco C. *Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Editora Campus, 1999.

*interesse agrícola e reforma agrária, como o Incra, por exemplo, têm, na teoria e, às vezes na prática, suas ações e medidas norteadas pela lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.*"<sup>5</sup>

A Lei de Terras (lei nº 601) no Brasil, promulgada em 1850, tinha por principal interesse legalizar e organizar a propriedade privada no Brasil. Ainda no processo de organização dos processos e leis de um país recentemente independente de Portugal, e consoante às mudanças no cenário nacional e internacional, a Lei de Terras de 1850 foi também um marco no avanço do capitalismo no Brasil. País rico em terras e em matéria-prima, o Brasil confluía grande interesse da economia capitalista, que avançava cada vez mais suas relações mercantis. A posse e o uso das terras, portanto, deveriam acompanhar este processo e ser integrado à economia, tendo seu potencial produtivo explorado ao máximo.

A lei nº 601 regulamentava os critérios, direitos e deveres dos proprietários de terra, e daqueles que quisessem atingir este posto. A lei, na realidade, representava uma dura restrição à possibilidade de ex-escravos, estrangeiros e trabalhadores pobres virem a ser donos de terras. O direito assegurado à terra estava com aquele que pudesse pagar enormes quantias para comprá-la do Estado, e, assim, os grandes latifundiários tinham acesso ao poder de compra de cada vez mais terras, e também na forja de documentos conseguiam ampliar suas terras e/ou tomá-las de pequenos proprietários despossuídos de dinheiro. A terra, então, foi transformada em mercadoria ao invés de direito.

O início dos anos 1960 é marcado pela nacionalização do debate da Reforma Agrária. Assim como no século XIX o cenário internacional influenciou a sanção da Lei de Terras, no século XX, mais especificamente após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, o Brasil incorpora internamente pautas internacionais de remodelação da economia.

A inversão da relação campo/cidade, neste período, é fato fundamental para compreensão do crescimento das cidades e da nova configuração do país a partir dos anos 50. O primeiro e o segundo governo Vargas e o governo JK promoveram as bases iniciais do processo de industrialização do país, aliados a uma modelagem econômica que tendia ao modelo fordista-keynesiano.

Apesar das constantes perdas e despedidas de suas terras por ocorrência das secas, comuns principalmente na região nordeste, foram os problemas decorrentes do

---

<sup>5</sup> Trecho retirado de: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/estatuto-da-terra.html> (último acesso em 07 de julho de 2017)

monopólio da terra – herança secular resultante da Lei de Terras citada anteriormente – os grandes responsáveis pelo êxodo rural observado neste momento. A população do campo abandona suas terras (quando a tinham) e suas casas, fugindo de suas precárias condições, em busca de alguma dignidade de vida e oportunidades nos centros urbanos.

Este processo de deslocamento alterou para sempre o cenário do país. A crescente e constante chegada de mão-de-obra barata nas grandes cidades contribuiu em muito para o crescimento das mesmas, construídas com sangue e suor de populações periféricas ali imigrantes.

A jornada dessas pessoas em busca de melhores condições de vida, no entanto, não tem o desfecho por eles esperado. É bem verdade que o emprego era mais farto nas grandes cidades do que nas zonas rurais, mas, tanto aqui quanto lá, eles eram despossuídos de bens. A chegada dessa população elevou o nível de criminalidade, de moradores de rua e de habitação nas favelas, devido a suas condições miseráveis. A cidade crescia e carregava suas contradições.

O crescimento do número de trabalhadores urbanos e agrícolas em relação ao de trabalhadores rurais levou a crença de intelectuais – de esquerda, inclusive – da época de que a questão da posse de terras, bem como a necessidade de uma reforma agrária, havia sido superada, e que caberia então, neste novo momento, uma luta mais profícua em torno dos direitos trabalhistas que garantiriam melhores condições de vida à maioria dos trabalhadores. Os próprios trabalhadores, no entanto, expunham ainda suas demandas por um pedaço de terra, e suas aspirações de um dia poderem voltar ao seu sertão, aspirações estas muito representadas em forma de música, poesia e literatura, como nas canções de Luiz Gonzaga.

Estas transformações sociais tinham como pano de fundo o debate sobre a realidade nacional e as condições para o desenvolvimento da nação, uma vez que o Brasil enfrentava, ao fim dos anos 50, um processo de crise inflacionária. Concentração de renda, queda do salário real e queda no acúmulo do recentemente implantado setor industrial. As saídas para a crise envolviam necessariamente uma tomada de posição quanto aos setores rurais.

Na disputa pelos projetos de saída da crise e desenvolvimento – capitalista, inegavelmente – do país, estavam, de um lado, aqueles que defendiam o alargamento do mercado interno com base de sustentação para o desenvolvimento da nação, sendo estes os *nacional-desenvolvimentistas*. E, do outro lado, os liberais, chamados *entreguistas* –

alcunha designada por seus opositores –, que defendiam abertura do mercado interno ao capital estrangeiro e a desnacionalização das indústrias.

A própria questão da crise, e as disputas geradas em sua causa, nacionalizaram o debate sobre a Reforma Agrária, que tinha os nacional-desenvolvimentistas a seu favor, ao passo que os entreguistas liberais tinham em suas fileiras os grandes donos de terras completamente desinteressados de um uso democrático da terra.

Nesta conjuntura, a chegada de João Goulart ao poder, e o caráter de seu governo nacional-desenvolvimentista aqueceu ainda mais as disputas em torno de um projeto de governo. As propostas das Reformas de Base do governo Jango afetavam os interesses dos grandes proprietários de terra, levando a disputa política, mas também econômica e social, ao trágico fim: o golpe militar, apoiado inclusive financeiramente pelos grandes empresários favoráveis à abertura ao capital internacional.

É, no entanto, nos marcos da ditadura empresarial-militar, instaurada via golpe em março de 1964, que a lei 4.504, de mesmo ano, é promulgada. Conforme o artigo primeiro da lei, ainda em vigor, “*Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis e rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e Promoção Política Agrícola*”<sup>6</sup>. Esta lei reformula a Lei de Terras de 1850, e sua sanção tem como objetivo principal implícito o apassivamento das lutas e reivindicações populares, uma vez que até hoje a Reforma Agrária não saiu do papel.

No texto de Regina Bruno, “*O Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o conflito*”<sup>7</sup>, a autora caminha no sentido de evidenciar o projeto da ditadura militar para possibilitar e promover o aprofundamento, no campo, das bases de acumulação capitalista.

A promulgação da lei 4.504, que em nada encampou as demandas sociais de Reforma Agrária, na verdade serviu para contornar o obstáculo posto pelos governos anteriores, principalmente dos avanços de cunho progressista do governo deposto de João Goulart.

Sob o comando do general Castelo Branco – com apoio de boa parte da classe dominante, de setores conservadores da sociedade e com algum consenso na sociedade civil, principalmente entre a classe média – foi posto em prática, de maneira estatutária, o processo de aumento da produtividade agrícola, uma vez que o golpe rompia com

---

<sup>6</sup> Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm)

<sup>7</sup> BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra; entre a conciliação e o confronto. In.: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA, 1995.

entraves anteriormente postos pela antiga estrutura agrária vigente. Esta empreitada atendia

*“À demanda de alimentos e matérias-primas do setor urbano-industrial, (...) [e dava conta de] criar uma classe média rural – atenuadora dos conflitos e tensões no campo e, ao mesmo tempo, consumidora de produtos industriais.”*<sup>8</sup>

A maneira do projeto manter seu curso sem maiores prejuízos aos interesses dos grupos dominantes foi através do uso da coerção do regime militar. Regina Bruno ressalta que o movimento dos trabalhadores rurais, assim como outros movimentos contestadores da ordem, foi duramente reprimido e perseguido, não raro acabando em assassinatos, torturas e desaparecimento de líderes do movimento.

De acordo com a autora,

*“Mesmo em um contexto opressor e visando incentivar a iniciativa privada no campo, o anteprojeto do Estatuto da Terra foi amplamente criticado pela classe dominante agrária, pois impunha alguns limites ao latifúndio improdutivo. Houve, então, uma intensa campanha da classe patronal agrícola junto ao governo e a setores da sociedade civil a fim de impor alterações nesta lei. Frente a estas pressões e (...) à disponibilidade do governo em atender a determinados interesses, ocorreram, no texto final do Estatuto, diversos “recuos” em seus objetivos reformistas. A empresa rural, por exemplo, ganhou grande dimensão na última versão da legislação, constituindo-se na principal condutora do processo de modernização da agricultura em detrimento da propriedade familiar – considerada, inicialmente, a base para a reforma agrária. Foi priorizada também a aplicação do imposto territorial rural como instrumento de reforma agrária, deixando em plano secundário as desapropriações por interesse social. Além disso, existiu uma série de ambiguidades no texto final do Estatuto que fornecia “brechas” para a manutenção do latifúndio.”*<sup>9</sup>

A citação acima expõe os motivos pelos quais tornou-se lateral e secundário o plano de desapropriações e restituições de terras, previsto inicialmente em texto da reforma. Percebemos, então, que mesmo as questões intra-classe não ocorrem de forma homogênea, e os grupos capazes de exercer maior pressão e *lobby* junto ao governo são aqueles que lhes têm algo a oferecer.

A lei 4.504 ainda vigora na constituição atual e a Reforma Agrária continua sendo varrida para baixo do tapete. O golpe militar, com apoio de parte da sociedade civil e principalmente de grupos empresariais com interesses particulares na abertura

---

<sup>8</sup> RAMOS, Carolina. *Estatuto da Terra: embates e diferentes interpretações*. In.: Anais da ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. P. 6

<sup>9</sup> *Idem*. P. 7

para o capital estrangeiro, significou um retrocesso na realidade brasileira. A repressão às lutas, as concessões apassivadoras e a convivência das mídias de massa em esconder o dissenso em torno da questão, tiraram da ordem do dia o debate em torno da democratização do acesso à terra e moradia, hoje entendidas no senso comum não como um direito a ser conquistado, mas como mercadoria.

## **I.2 – A favela é um problema social**

O livro “*Planeta Favela*”, de Mike Davis<sup>10</sup>, aponta para o mesmo processo supracitado quando fala da urbanização mundial. Para Davis, a segunda metade do século XX foi o cenário da aceleração da urbanização nos países menos desenvolvidos – no que diz respeito aos critérios do capitalismo –, e a explicação deste processo está associada aos efeitos da globalização na estrutura produtiva fundiária desses países em desenvolvimento, gerando o imenso deslocamento de trabalhadores desempregados e despossuídos para os centros urbanos.

A chegada desta população às cidades significou a coexistência, no mesmo espaço, dos avanços e dos limites do capitalismo. É inegável o avanço nas técnicas de produção e das forças produtivas nos marcos do capitalismo. Incontornável, no entanto, é o prejuízo social causado pela premissa do sistema: a exploração do trabalho.

As contradições sociais inerentes ao capitalismo se encontraram no Rio de Janeiro da década de 50 com ainda mais força do que antes, isso porque a partir dos anos 50 é que começou a queda da população do campo em relação a população dos centros urbanos, tendo seu ponto de virada logo depois, nos anos 80. A favela não é apenas um reflexo do avanço do capitalismo globalizado que segrega e divide a sociedade em classes, mas é ela mesma a expressão dessa cisão da sociedade e utilizada como base motora desse avanço.

Os trabalhadores que buscavam melhores condições de vida encontravam espaço para moradia nos “bolsões de indivíduos pauperizados”<sup>11</sup>, geralmente em locais próximos a seus postos de trabalho, nas regiões da cidade que ainda haviam espaço para construção de casas. Assim nasceram as favelas, assim cresceram as favelas. A dificuldade de acesso a trabalho bem remunerado, à saúde, educação, alimentação e habitação, levaram estes trabalhadores a regiões inóspitas em busca de uma nova vida. Assentaram-se em morros e conjuntos habitacionais periféricos, onde pudessem

---

<sup>10</sup> DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

<sup>11</sup> Termo utilizado por Mike Davis em “Planeta Favela”.

construir um barraco na ilegalidade – pois de outra forma não seria possível. Péssimas condições de vida, ausência de saneamento básico e de serviços de abastecimento de água, luz, gás, etc., precisavam buscar seus próprios meios de sobrevivência.

A “ausência” do Estado era marca exposta das favelas. Se os favelados não dispunham de serviços públicos a seu dispor, também o Estado não arrecadava impostos por serviços prestados naquela região. A não ser como força de trabalho, aquela população não estava nos registros. Fazendo “gatos” na iluminação, desviando água da rua para suas casas, construindo barracos sem a necessidade de uma escritura, e vivendo sem acesso à saúde e educação de qualidade, e por muitas vezes mesmo sem documentos de identificação pessoal. Economicamente pobres, socialmente esquecidos, culturalmente periféricos, a realidade da favela foi se desenhando de maneira muito diferente da do asfalto.

A árvore genealógica das favelas é muito marcada pelo sangue nordestino, que trouxeram consigo costumes muito diferentes dos da região sudeste. Mas não apenas as diferenças culturais marcam essa população, mas a própria desigualdade social lhes molda com aspectos de distinção de classe. O pouco acesso à educação afeta fatores como, por exemplo, o emprego correto do uso da língua corrente, o acesso ao que é considerado “cultura” entre o senso comum – representada apenas pela cultura clássica elitista –; a precariedade do saneamento básico dessas regiões, bem como a falta de garantia de um sistema saúde público, afetou as populações faveladas com mais doenças do que aqueles que dispunham desses privilégios; a própria dificuldade da vida e a restrição (ou mesmo ausência) de oportunidades jogou muitos moradores de favela na criminalidade, na prostituição, e no uso de drogas; e pouco a pouco aqueles que têm o privilégio de escrever a história hegemônica caracterizaram as favelas e os favelados baseados em estereótipos preconceituosos: *ignorantes, doentes, paraibas, pretos, pobres, burros, prostitutas, bandidos, drogados*; sem, de forma alguma, encarar a existência da população favelada como uma consequência da urbanização, e como uma mazela social. Às favelas fora dispensado o desprezo, o rosto virado, o dedo apontado... mas a urbanização não parou.

Os governos nacional-desenvolvimentistas no Brasil (principalmente Vargas e JK) promoveram um processo de industrialização e de crescimento da economia interna nos anos pós-segunda guerra mundial, e mesmo durante os anos da ditadura militar no Brasil com a desnacionalização das indústrias locais, o Brasil ainda experimentava um cenário de crescimento econômico em nível macro, o que promoveu de maneira ainda

mais acelerada a urbanização do país, e cidades como o Rio de Janeiro atendiam às demandas da urbanização com muita pressa. No cenário internacional, no entanto, economias centrais como os Estados Unidos e países europeus adentravam em período de crise do capitalismo.

Foram quase 30 anos o período de tempo conhecido como os “anos de ouro”. No entanto, a problemática decorrente do modelo econômico do pós-guerra já era uma velha conhecida: a crise de superprodução. Ao passo que os Estados Unidos gozavam do posto de principal exportador de bens manufaturados para o restante do mundo, tanto economias periféricas do sistema capitalista se industrializaram, quanto as grandes potências reconstruíram seus parques industriais e sua capacidade de produção para consumo interno e para fins de exportação. A volta da concorrência e a capacidade competitiva de novos países no mercado gerou a crise de superprodução, e encontrou problemas em repassar esses produtos para a população, que já se encontrava saciada em suas necessidades de compras.

A saída de muitos grandes e pequenos empresários foi recorrer a subterfúgios especulativos para manter seus investimentos. A especulação financeira, através da compra de ações de suas próprias empresas, gerava estatísticas ilusórias que não encontravam base material de sustentação. A saída a curto prazo, além de não resolver a questão estrutural, culminou na crise de nível global iniciada na década de 70. As taxas de lucro entraram em declínio e a conta da crise ficou nas mãos dos trabalhadores, que sofreram com arrocho salarial, demissões em massa e queda do poder de consumo. A crise dos anos 70 decretou os limites do modelo desenvolvimentista e keynesiano.

No Brasil o clima de fim de festa chegou com força nos anos 80, pelos brasileiros conhecido como a “década perdida”.

*“Empobrecimento expressivo da população, redução das taxas de crescimento econômico ou mesmo depressão, desindustrialização parcial e incapacidade de financiamento deram um fim definitivo ao sonho desenvolvimentista.*

*Todos esses problemas repercutiram no espaço urbano por meio da eliminação de políticas estatais que tentavam dirimir problemas sociais, mas que, na verdade, serviram para ampliar o fosso entre a classe média integrada aos direitos civis e econômicos e a grande massa sobrando que não cabia no “milagre” econômico periférico. (...). Planejamento urbano, política de transporte de massa, programa habitacional, zoneamento espacial, todos os principais pontos de uma política urbana ampla desapareceram com a crise geral do Estado e da economia desenvolvimentista. Foi nesse contexto que o “problema favela” explodiu, já que*

*essas áreas de precariedade urbana e habitacional continuaram a crescer aceleradamente, apesar de o país estar passando por um freio demográfico, isto é, próximo da última fase da transição populacional.”<sup>12</sup>*

Os limites da expansão geográfica já começavam a se colocar como consequência da urbanização desordenada na cidade do Rio de Janeiro. *“As áreas de expansão imobiliária se esgotaram, forçando a corrida da população mais pobre para áreas sem infraestrutura ou “assentamentos subnormais””<sup>13</sup>*, e nesse mesmo período nota-se o crescimento dos bolsões de indivíduos pauperizados na região da zona oeste da cidade, configurando-se como área de escape para as populações pobres, denotando o fechamento da fronteira urbana da cidade. Com uma taxa de crescimento de população das favelas sendo duas vezes maior que a taxa a média de crescimento da população da cidade, a favela passa a ser um problema incontornável.

### **As soluções do capital para a “cidade partida”**

As favelas cariocas, embora, no contexto acima, tenham sido caracterizadas como uma parte lateralizada da cidade, com a qual o Estado não assumira um compromisso social, costumava e costuma ainda ser ponto de pauta de plataforma política dos partidos políticos hegemônicos e mesmo dos contra hegemônicos. Em épocas de eleições cada indivíduo significa um voto, e não havia como abrir mão dos votos da parcela da população que mais crescia na cidade. *“O populismo implícito na “indústria da urbanização” [mostra] uma estratégia política de obtenção de votos em comunidades que tiveram melhorias superficiais”<sup>14</sup>*.

Como bem salienta um dos autores do livro “Até o último homem”, Maurílio Lima Botelho, cuja obra é amplamente citada e de grande valia para este trabalho, a problemática da favela é tratada pelo Estado e pela burguesia de maneira quase esquizofrênica. Ao mesmo tempo em que as parcelas privilegiadas da sociedade tratam com total ojeriza o ambiente das favelas e os próprios seres humanos (desumanizados) habitantes das mesmas, por outro lado, a cultura proveniente das favelas passa a ser consumida esteticamente. A esta dupla de sentimentos em relação a favela, Botelho chama de “aceitação condicional”, isto é, o modo de vida das favelas pode ser bem

---

<sup>12</sup> BOTELHO, Maurílio Lima. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In.: BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (orgs.) *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 172.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Idem*. P. 170

recebido pelas classes dominantes uma vez que é passível de se tornar um produto cultural.

Embora faça vistas a uma inclusão cultural da contribuição das periferias, a apropriação cultural das favelas tem suas bases marcadas pelo fator econômico (embora não somente). Os produtos artísticos das favelas – o samba, o *funk*, o modo simples de viver – passam a ser apropriados de maneira a desloca-los de seu contexto de criação, e serem reincorporados como produtos vendáveis a todas as classes. Foi assim com o samba, antes perseguido, em seguida aceito condicionalmente, e há tempos vem sofrendo um processo de embranquecimento, elitização, e desfoque das mazelas sociais manifestas em suas letras. O mesmo caminho vem sendo percorrido pelo *funk* e seus artistas. Uma vez que não se pôde ignorar a grande receptividade do ritmo musical por boa parte da população, principalmente jovem, o funk – antes e ainda muito alvo de preconceitos, bem como outrora fora o samba – passa a ser cooptado em sua essência. A indústria cultural, no caso das músicas a indústria fonográfica, lucra quantias exorbitantes em cima artistas da favela que lutam por uma oportunidade na cena artística. Para que o produto saia do nicho e torne-se vendável a todas as parcelas da população, elege-se um ou outros artistas do momento, descaracterizam a produção artística de seu contexto social de criação, de seu lugar de origem, embalam e vendem. A cooptação cultural, no entanto, não é a única forma de transformar a um problema social em mercadoria.

A cidade do Rio de Janeiro, com média de seis milhões de habitantes, conta com 1,4 milhão de pessoas moradoras de favelas no ano de 2015, o equivalente a praticamente um quarto da população<sup>15</sup>. Nos anos 60 a população das favelas girava em torno de sessenta mil habitantes, e as políticas de remoção das favelas ainda eram saídas críveis e executáveis pelos governos cariocas. A gestão do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, dos anos 1960 a 1965, removeu cerca de 40 mil habitantes de favelas, para que o mesmo desse seguimento à falácia da reurbanização. É bem verdade que nos anos de 2013 e 2014, pela justificativa das olimpíadas de 2016 na cidade do Rio, assistimos inertes às remoções compulsórias nas favelas da Restinga, do Metrô Mangueira e da Telerj. Contudo, há cerca de 4 décadas as remoções vêm perdendo terreno e cedendo lugar às propostas de urbanização.

---

<sup>15</sup> Fonte: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/03/05/rio-em-1965-remocao-de-favelas-falta-dagua-e-aumento-da-criminalidade/>

## II.1 – O Favela Bairro e a transformação do caráter solucionador do Estado

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, em 1992, trazia nos artigos 148 e 151 os objetivos de integração entre favela e “asfalto”, respeitando o caráter local, e abandonando as ideias agora ultrapassadas de favela como “aberração”, e as remoções como solução. O prefeito eleito em 1993, César Maia, juntamente ao seu Secretário Municipal de Urbanismo, Luiz Paulo Conde, deram início e vida a um projeto que durou de 1994 a 2008: o Favela Bairro.

Muito bem recebido e nomeado pela grande mídia de “revolução democrática”<sup>16</sup>, o Favela Bairro inaugurou um novo modelo de gestão da cidade que incluía a favela de maneira sistemática e constante, abandonando a velha lógica de só aparecer em períodos de eleição. A proposta do projeto previa um planejamento qualificado de infraestrutura das favelas cariocas, bem como levar até lá serviços públicos como coleta de lixo, água potável encanada, iluminação, e correios, bem como a regulamentação imobiliária e a implementação de uma creche em cada favela urbanizada.

Com a finalidade de expor em maiores detalhes as bases do projeto, cito abaixo parte do programa Favela Bairro como descrito no *Rio on Watch*

*“Para o financiamento, Maia solicitou fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O prefeito assinou um contrato em 1995 com o BID, que forneceu 180 milhões de dólares, acompanhados por mais 120 milhões de dólares do Governo do Estado, para a primeira fase do projeto. Em 2000, um orçamento idêntico foi determinado para a segunda fase.*

*Para selecionar as favelas que iriam receber as primeiras obras, os planejadores organizaram todas as favelas cariocas por tamanho: médias, grandes ou pequenas. As comunidades médias de entre 500 e 2.500 lares, que em conjunto representavam 40% dos moradores de favela em toda a cidade, seriam as primeiras beneficiadas. Estas comunidades foram então analisadas e classificadas por dificuldade de construção no local. Os 40 lugares mais viáveis foram escolhidos e, dentre estes, 16 foram selecionados pelo Prefeito e Subprefeitos para receberem os primeiros projetos. Para o design dos projetos específicos, houve um concurso aberto de arquitetura entre empresas privadas, e o governo trabalhou com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) para selecionar os vencedores.*

*Até a conclusão da primeira fase do programa Favela-Bairro, 38 favelas tinham recebido melhorias, incluindo favelas beneficiadas por programas paralelos, como o Favela Bairrinho para comunidades com menos de 500 lares, e Grandes*

---

<sup>16</sup> Arnaldo Jabor, “A favela-bairro é uma revolução democrática”, O Globo, Rio de Janeiro, 30 de maio de 2000.

*Favelas, para comunidades com mais de 2.500 lares. A segunda fase do Favela-Bairro, de 2000-2005, começou durante o mandato do Prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2001) e continuou durante o segundo mandato de César Maia (2001-2005), contando com a urbanização de outras 62 favelas e 24 loteamentos irregulares. O desenvolvimento da segunda fase do programa se expandiu na inclusão de creches e centros de informática, oferecendo treinamento em higiene e desenvolvimento da comunidade e até algumas titulações de propriedade”<sup>17</sup>*

É desta forma que o governo Cesar Maia transformou o caráter de solução de um problema social: tornando as favelas áreas rentáveis para grandes empresários. O modelo de parcerias público privadas – as PPPs –, muito associadas ao modelo de gestão do atual prefeito da cidade, Eduardo Paes, encontram fortes raízes na gestão do prefeito Cesar Maia. A injeção de dinheiro público nas mãos de empresários para realização de projetos deste tipo tanto desobriga o Estado de suas funções sociais, como garante lucro dos empresários uma vez que se instalam nas favelas com o oferecimento de serviços.

O Favela Bairro de forma alguma tocou no problema da segurança da cidade, mas o sucesso do projeto e das obras de “maquiagem” disfarçadas de melhorias foram uma boa experiência para os governos futuros. Apesar de o programa ter se configurado de fato como uma política constante de seu governo, a boa recepção do Favela Bairro garantiu a Cesar Maia sua principal plataforma política, através da qual elegeu Luiz Paulo Conde seu sucessor, e em seguida lhe garantiu mais dois mandatos à frente da prefeitura da cidade até o ano de 2008.

O principal legado do Favela Bairro prometia ser a integração entre favela e asfalto. Mas no período de 1993 a 2008 continuamos a testemunhar o que Zuenir Ventura<sup>18</sup> chamou de “Cidade Partida”, onde duas realidades completamente diferentes coexistiam em paralelo, formando um mesmo espaço, contudo, rachado. De legado ficou, então, aquilo que jamais esteve nos papéis: há tempos as favelas cariocas já vinham sofrendo processo de apropriação, mercantilização e cooptação, o que o Favela Bairro fez foi escancarar as portas de vez para a entrada do Estado. Não do governo. O governo não foi só.

## **II.2 – O neoliberalismo no Brasil e o *boom* das ONGs**

---

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

Para lançar uma análise sobre as bases do neoliberalismo no Brasil, é preciso retomar o capítulo anterior quando falamos sobre a crise superprodução e de especulação dos anos 70, em nível global, já anteriormente explicadas. O que é preciso reiterar é que as medidas tomadas para enfrentar a crise econômica e social dos anos 70 encontraram respaldo em uma teoria econômica (que assim como todas as outras teorias econômicas, é também uma teoria moral) formulada trinta anos antes. Escrita já em 1944, a obra “*O caminho da servidão*”, De Friedrich Hayek, apresenta as bases fundadoras do *Neoliberalismo*, um liberalismo revisitado e com mais sólidas bases de sustentação, mas, no entanto, inegavelmente uma nova forma de acumulação e de aprofundamento do capitalismo.

A obra de Hayek é um ataque direto ao Partido Trabalhista inglês, mas que se estende ao intervencionismo estatal nas atividades do mercado, na vida social pública e particular como um todo. Com bases de argumentação de cunho filosófico “O caminho da servidão”, para o autor, é o caminho da sociedade na entrega de si mesma a mais uma forma de totalitarismo, o caminho da servidão moderna. A crítica ao Estado de bem-estar social, à social democracia e ao keynesianismo, feita por Hayek e outros membros do *Mont Pèlerin*<sup>19</sup>, condenava o excessivo poder do Estado na gerência de questões sociais, afirmando tratar-se de um forte meio de manipulação dos indivíduos e cerceamento de suas liberdades. Para os neoliberais, a desigualdade de condições sociais é um elemento positivo para a construção da sociedade, adicionando o elemento da individualidade, competitividade e meritocracia em seus ideais morais.

Perry Anderson, em contribuição ao debate sobre o pós-neoliberalismo, faz um balanço histórico do neoliberalismo<sup>20</sup>. Anderson argumenta que para os neoliberais a razão da crise dos anos 70 estava no avanço do movimento operário e dos sindicatos durante o período de bem-estar social. Hayek afirmava que a luta dos trabalhadores organizados pressionava o aumento dos salários e benefícios sociais, bem como pela garantia de direitos básicos de educação, saúde e habitação, o que, para o pai do neoliberalismo, foi o fator que levou à quebra do Estado, uma vez que este modelo intervencionista, além de comprometer as liberdades dos indivíduos, limitava os mecanismos do mercado, o que comprometia as bases de acumulação capitalista.

---

<sup>19</sup> Entre eles Ludwig Von Mises, Milton Friedman e Karl Popper.

<sup>20</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

A partir dos anos 80 o mundo assiste o triunfo do neoliberalismo na Europa e na América do Norte. Apesar de a primeira experiência neoliberal no mundo ter partido da América Latina, sob o regime chileno de Pinochet, é a partir dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos que o modelo político-econômico ganha força, e a partir de 1989, com o *Consenso de Washington*<sup>21</sup>, o modelo se mundializa.

As novas premissas de acumulação capitalista propostas pelo neoliberalismo têm, no entanto, uma forte contradição, bem apontada por Perry Anderson. As medidas neoliberais implantadas no governo Thatcher, por exemplo, foram tais como: Contração da emissão monetária, elevação da taxa de juros, baixa de impostos sobre os altos rendimentos, abolição do controle sobre fluxos financeiros, e privatizações, somados ao desemprego massivo e estrutural, arrocho salarial, repressão das greves, legislações anti-sindicais e corte de gastos sociais<sup>22</sup>. Podemos perceber através dos exemplos citados acima que o “Estado mínimo”, defendido pelos neoliberais, tem uma direção muito bem definida: é “mínimo” para a classe trabalhadora. As políticas de seguridade do poder do mercado interno e externo contavam com apoios e subsídios estatais, de modo que apenas com um Estado forte é possível manter uma economia neoliberal igualmente forte em suas premissas capitalistas. Temos, então, um Estado mínimo para a classe trabalhadora, e forte para o mercado.

A construção do novo modelo, apesar de coercitivo e atacador dos direitos e conquistas dos trabalhadores, contou também com iniciativas sistemáticas de criação de base social de apoio. Como já dito anteriormente, toda teoria econômica abarca uma teoria comportamental e moral. A base de sustentação social do regime neoliberal consta no incentivo às liberdades individuais e nas capacidades empreendedoras pessoais, afirmando que livres das amarras do Estado as potencialidades humanas fluiriam mais livremente, bem como a liberdade de expressão e de escolha.

Como é comum do sistema capitalista, todo novo modelo econômico rapidamente se mundializa. Os efeitos da crise mundial chegaram no Brasil nos anos 80, mas foram os anos 90 que assistiram de maneira mais intensa o finco das bases

---

<sup>21</sup> Conjunto de medidas políticas e econômicas promovidas pelo FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, sob texto do economista John Williamson, que visavam expandir o neoliberalismo aos países da América Latina.

<sup>22</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 12

neoliberais, principalmente a partir de 1994 com o início da Era Tucana, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O governo FHC assume uma postura muito alinhada com os prepostos neoliberais experimentados em outras partes do mundo, como arrocho salarial, supressão das greves, sucateamento dos serviços públicos, e privatização das estatais. Os cortes das verbas antes destinadas a fundos sociais precarizaram em muito serviços como saúde e educação, principalmente. E é justamente no governo FHC que se estabilizam os grandes impérios de empresários da saúde e da educação.

Sob a falácia de apresentar um governo de Terceira-via que, em termos, propõe o fim da dicotomia entre direita e esquerda, reivindicando-se então a saída progressista para o desenvolvimento social, o governo PSDB encampa a frente pelo fortalecimento do chamado “Terceiro-setor”.

É grande e composto por muitas disputas o debate em torno da ideia da existência de um “terceiro-setor”. A obra de Maria da Glória Gohn<sup>23</sup> sobre o tema apresenta duas principais vertentes em disputa da concepção do Terceiro Setor. A primeira defende a autonomia do terceiro setor em relação aos setores público (primeiro setor) e privado (segundo setor), afirmando que desta forma a sociedade civil disporia de uma nova forma de associação que independe da burocracia do Estado e da lógica do mercado. Rubem César Fernandes, antropólogo e atual diretor-executivo do Viva Rio, também autor do livro *“Privado, porém público”*<sup>24</sup> faz, em 1994, um balanço da trajetória dos movimentos sociais na América Latina dos anos 70 e 80 apontando haver um *“consenso na América Latina que nem o mercado nem o Estado têm condições de responder, por si sós, aos desafios do desenvolvimento com equidade”*<sup>25</sup>, de acordo, portanto, com a primeira vertente sobre o Terceiro Setor que concorda que os assuntos do Estado devem se limitar a esfera da macroeconomia, sendo incapaz de se fazer presente nas microsferas da sociedade e que, portanto, a sociedade organizada daria conta de suas próprias questões e as apresentaria ao Estado, mediando assim as políticas públicas.

A outra vertente, no entanto, encampada por Maria da Glória Gohn, atenta para o fato de que estas associações colaboram para o desmonte das organizações dos

---

<sup>23</sup> GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro-setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>24</sup> FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994

<sup>25</sup> Idem. P.12.

trabalhadores e dos movimentos sociais, atuando como apassivadores da luta de classes colocando-se ao lado dos interesses dominantes e do grande capital quando transforma em serviços oferecidos por instituições privadas aquilo que deveria ser direito garantido ao povo. Esta segunda vertente faz uma diferenciação entre as associações sociais dos anos 70 e 80, de abrangência geralmente local em pequenas comunidades, em grande parte ligadas a lideranças religiosas, e as organizações não-governamentais criadas ou remodeladas a partir dos anos 90, caracterizando-as principalmente como aliadas às estratégias neoliberais<sup>26</sup> de desobrigação do Estado com as questões sociais, tornando-as questões individuais e locais ao invés de coletivas e universais.

Aliada a esta crítica, Virgínia Fontes<sup>27</sup> aponta o processo de “onguização” dos movimentos sociais e a alteração, decorrente deste processo, na forma de fazer política. Fontes aponta a domesticação a que foram submetidas as organizações populares, assim como Gabriel E. Vitullo, que reflete sobre como

*“(...) aquelas entidades que, nos anos 1980, se colocavam como a promessa de renovação da política brasileira, dando lugar a instigantes experiências de auto-organização, pela base, e de formação de novos quadros, têm sofrido, a partir dos anos 1990, um forte processo de apassivamento, via conversão mercantil-filantrópica em ONGs. Muitos dos antes combativos movimentos sociais se transformaram, no decorrer desse processo, em bem comportadas organizações não governamentais “a serviço” dos mais necessitados. Saíram das ruas e foram para os gabinetes. Deixaram de ser parte integrante do movimento para se tornar seus porta-vozes tecnicamente qualificados. Passaram de militantes a especialistas ou profissionais. Das passeatas e movimentos nas ruas em prol da conquista de novos direitos, foram para a corrida por recursos, projetos e editais.”<sup>28</sup>*

Demarcando, ambos, muito expressivamente a alteração do funcionamento e a transformação, no senso comum, da ideia do que é uma organização social.

Outros autores que se inserem na vertente que critica o papel ideológico cumprido pelo Terceiro Setor aliando a crítica às estratégias neoliberais são Francisco

---

<sup>26</sup> Ver ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pág. 9-23.

<sup>27</sup> FONTES, Virgínia. Lutas de classe e sociedade civil na década de 1990: O que muda da Abong às Fasfil? In.: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. P. 255-298.

<sup>28</sup> VITULLO, Gabriel E. O honestismo e o triunfo da pequena política. In.: VITULLO, Gabriel E. (org.) *A Ideologia do “Terceiro Setor”*: ensaios críticos. Natal, RN: EDUFRN, 2015. P. 200.

de Oliveira<sup>29</sup>, James Petra<sup>30</sup> e Paulo Eduardo Arantes<sup>31</sup>. Encontrando resistência principalmente na figura de Luiz Carlos Bresser Pereira que se posiciona a favor do papel “público não-estatal” desempenhado pelas ONGs, afirmando que a separação dos interesses sociais dos interesses do Estado “*também implica atribuir à sociedade uma responsabilidade na satisfação de necessidades coletivas, mostrando que também nesse campo o Estado e o mercado não são as únicas opções válidas*”<sup>32</sup>. A proposição de Bresser Pereira está bem alinhada com a política de governo do PSDB, do qual foi ministro da Reforma do Estado, e intelectual a frente da formulação dos Cadernos MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), tendo dedicado o 2º Caderno MARE ao tema específico das Organizações Sociais, indicando que o caminho de solução da crise do Estado passava necessariamente por um movimento em direção ao Terceiro Setor, tornando a implementação de organizações sociais uma das políticas de governo centrais da Reforma do Estado levado a cabo pelo PSDB sob a figura do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta legitimação do Terceiro Setor tanto no programa político partidário do PSDB<sup>33</sup> quanto na agenda do governo brasileiro demonstra a afinidade de interesses entre os executores das políticas neoliberais no Brasil e as ONGs.

O livro organizado por Lucia Maria Wanderley Neves<sup>34</sup>, “*A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso*” contribui na articulação entre o processo “onguizador”, discutido anteriormente, e os interesses de classe que o norteiam. Neste livro, os autores demonstram como toda essa operação política ideológica está a serviço do fortalecimento de uma hegemonia que busca o consenso das classes subalternas para a manutenção de políticas que se aliem aos interesses do grande capital. Para Neves, a atuação dos aparelhos privados de hegemonia educando para o consenso são instrumentos importantes da manutenção do *status quo* e do predomínio

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Francisco. Da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. In: *ONGS: identidade e desafios atuais*. São Paulo: Cadernos Abong, 2000

<sup>30</sup> PETRAS, James. *Armadilha Neoliberal*. São Paulo: Xamã, 1999.

<sup>31</sup> ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, n. 27, maio 2000.

<sup>32</sup> PEREIRA, Luis Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In.: PEREIRA, Luis Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunill. (orgs.). *O Público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

<sup>33</sup> Ver GUIOT, André. *Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB*. Niterói, 2006. Dissertação de mestrado, disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006\\_GUIOT\\_Andre\\_Pereira-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006_GUIOT_Andre_Pereira-S.pdf)

<sup>34</sup> NEVES, L. M. W. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para obter o consenso*. São Paulo: Xamã, 2012.

da ideologia burguesa como dominante, sustentando a burguesia como classe dominante, dirigente e educadora.

O período de incentivo à criação de ONGs no Brasil tem seu marco enfático no período da ditadura militar (1964-1985), onde diversos institutos de pesquisa e agências filantrópicas são fundados, sendo estas instituições apoiadoras ou não do regime militar. Mas é durante a Era Tucana (1994-2002) que o partido político eleito à presidência tem dentro de seu programa partidário o incentivo ao fortalecimento do terceiro-setor e, portanto, das entidades civis de representação como promotoras dos direitos sociais em formas de serviço, uma vez que direitos sociais, no entendimento do partido, pertenciam à esfera de interesse privado e não público. E assim, o “Estado mínimo” neoliberal se faz de fato mínimo para as camadas pauperizadas da sociedade.

Dentro do modelo neoliberal encabeçado pelo PSDB o incentivo ao terceiro-setor foi a forma encontrada para enxugar o Estado. O governo FHC é ainda hoje conhecido pelas tantas privatizações (Vale do Rio Doce, Light, etc.) praticadas, entregando estatais às mãos da burguesia internacional. Indústrias de bens de base e bens de consumo foram privatizadas, e as de bens de capital chegam ao Brasil na forma de multinacionais, devido a maior abertura brasileira ao capital estrangeiro, diminuindo a capacidade de autonomia econômica do país.

É com imenso incentivo do PSDB à frente do governo nacional que o Brasil experimenta o período de boom das organizações não governamentais. E como não poderia deixar de ser, as ONGs também subiram o morro.

### **O governo do Rio de Janeiro e o Viva Rio – público e privado aliados na formação do consenso**

Organizações não-governamentais como a Viva Rio cumprem um importante papel nesta privatização dos serviços públicos, uma vez que a mesma se torna responsável pela execução dos projetos públicos do governo, levando-os a cabo através de parceria com demais empresas privadas que determinarão seus interesses para que o projeto seja lucrativo, além de garantir uma boa imagem pública para a empresa.

A violência urbana no Rio de Janeiro não é derivada de questões morais, e sim por complexos fatores sociais a que grande parcela da sociedade está submetida. Não reconhecidas desta forma, as favelas cariocas historicamente são atravessadas por políticas públicas pacificação, que contam com intervenção da polícia militar de maneira coercitiva e repressiva. Muita marcadas por estas práticas são as Unidades de

Polícia Pacificadora, que contam com o Viva Rio no preparo dos policiais militares que atuarão nestas unidades. Esta articulação entre o governo do Rio de Janeiro e o Viva Rio expõem um dos muitos casos em que o Estado delega à iniciativa privada a responsabilidade pela segurança da sociedade.

A seguir demonstraremos como ainda mais intimamente estão ligados o governo do Rio de Janeiro e o Viva Rio. Mas cabe desde já ressaltar o projeto de “pacificação” em curso pelo estado do Rio de Janeiro, é uma política de dominação de classes, e como toda forma de dominação, precisa conciliar doses de coerção e consenso. No caso das UPPs o desequilíbrio da mão da coerção é constantemente noticiado, e ainda mais desequilibrado se pensarmos em quantos dados são forjados para manter a confiança da população no projeto. Ainda assim, a dose de consenso é indispensável em uma política de dominação, e para que também esta forma de dominação seja hegemônica, o Estado precisou não apenas entrar, mas permanecer nestes territórios de conflito.

Sobre o caso específico das UPPs, a dose de consenso é dirigida pelo UPP Social, ou Rio + Social. Em inúmeras parcerias com pequenas, médias e grandes empresas, o Projeto UPP Social, que deveria ser responsável por levar direitos sociais para esses territórios pacificados, atua como um mero gestor que articula a relação entre empresas privadas e lideranças comunitárias. Formadores de uma pedagogia do consenso, de um projeto societário neoliberal, esses aparelhos privados acabam também por apassivar as lutas expressas nas favelas, ao passo que alienam os moradores tanto no que diz respeito às relações sociais que provocaram a cisão da cidade, quanto ao potencial transformador da luta e da resistência dos mesmos. As ONGs e os projetos de pacificação transformam a favela em um lugar sem conflitos, e aqui não estamos falando de conflitos de violência urbana... as ONGs mascaram os conflitos de classe.

É, portanto, a partir da contribuição de Virgínia Fontes sobre a “onguização” dos movimentos sociais que penso o processo de “onguização” que vem sofrendo a implementação das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, ignorando as vozes da classe trabalhadora, das populações faveladas, grandes afetadas pela política de repressão do Estado, e repassando a responsabilidade para instituições privadas “não-governamentais”.

### **III.1 – Dos GPAES às UPPs**

Segundo material disponível no site do Viva Rio: Implantados a partir dos anos 2000, os primeiros GPAEs foram instalados

*“Nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, conjunto de favelas situado em uma das áreas mais nobres da cidade, entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Lagoa. O modelo de polícia comunitária, priorizando ações de prevenção da violência e enfrentando o uso de armas na comunidade, com nenhuma tolerância em relação à corrupção e violência policial, reduziu a taxa de homicídios da região a zero por um período de 3 anos. A criação do GPAE foi inspirada na experiência de Polícia de Boston (EUA), a partir de um intercâmbio promovido pelo Viva Rio. O Viva Rio tornou-se um parceiro a longo prazo desta unidade de polícia”*

Em seguida às comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, o GPAE avançou para as favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Providência, Gardênia Azul, Rio das Pedras, e Cavalão e Estado, em Niterói.

A proposta das GPAEs se assemelha em muito à das UPPs, e diversos veículos da imprensa tratam os GPAEs como embrião das UPPs. O próprio secretário de segurança pública do Rio de Janeiro desde 2008, o delegado federal José Mariano Beltrame, responsável pela criação e coordenação do projeto das UPPs, em obra biográfica<sup>35</sup> admite ter se inspirado no modelo proposto pelo Viva Rio, e ressalta que:

*“Na verdade, a nossa ocupação não seria a primeira tentativa do governo do Rio de entrar para ficar nos territórios do tráfico. A questão era que todas as tentativas anteriores haviam fracassado. Nos anos 90, a Polícia Militar ocupou uma favela em Laranjeiras, na Zona Sul, o Pereirão – assim chamada por se localizar no fim de uma rua da classe média, a Pereira da Silva. O Pereirão foi uma ideia de Luis Eduardo Soares, coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no governo Garotinho. Logo depois, veio a experiência dos Grupos de Policiamento em Áreas Especiais, os GPAEs, na gestão do então secretário Josias Quintal. Os GPAEs atuaram bem durante algum tempo, mas, por falta de apoio, produziram uma relação promíscua entre parte dos policiais que ali estavam e os traficantes. Os bandidos não foram desalojados, e o policial baseado na favela tinha de fechar os olhos para o que acontecia se quisesse sobreviver”<sup>36</sup>*

Beltrame enfatiza que o problema dos grupamentos de policiamento como os citados acima era o “pacto de convivência” entre os policiais e os “bandidos” (sic), e o sucesso das UPPs consta na liberdade para recuperar o território ao passo que expulsa os traficantes do local, e a partir disso o Estado encontra espaço para ação com a comunidade.

---

<sup>35</sup> BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

<sup>36</sup> *Idem*. P. 106

O que está ausente nessa explicação simplista é que a própria lógica da violência nestes moldes é explicada pela desigualdade social, e não o contrário. Não foi a violência que tornou o Rio de Janeiro uma “cidade partida”, mas a própria cisão da sociedade em classes que traz à tona a violência urbana nestes termos.

O grande avanço, do ponto de vista da secretaria de segurança pública, do GPAE às UPPs, foi a lógica de permanência da polícia no espaço de conflitos. Embora os GPAEs também fossem unidades de policiamento de ocupação, os recursos do Estado aos batalhões em operação eram cortados assim que os índices de criminalidade abaixavam. A falta de recursos e de verba pública afetava também as corporações militares, cujos membros de baixo escalão também sofriam com baixos salários e vulnerabilidade à violência urbana. A consequência afetou a própria estrutura do aparelho de segurança, a polícia militar, de caráter fortemente corruptor e corruptível, aliança junto a traficantes e organização de milícias. Nos anos 90 e início dos anos 2000, a polícia militar carioca estava completamente descreditada.

Ainda assim, o alargamento do processo de dominação mantinha-se em curso no Rio de Janeiro, e seguia cada vez mais instalando-se nas favelas via organizações não-governamentais, que não levavam para as favelas o governo especificamente, mas as instituições da sociedade civil, que em uma análise gramsciana, são parte do próprio Estado.

O Viva Rio é responsável pela entrada da primeira agência de empréstimo de microcrédito em uma favela carioca, 1996. Segundo material disponibilizado pela própria ONG, o Viva Cred

*“É um programa pioneiro de acesso ao crédito a micro-empresários em favelas e comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. O projeto contou com a assessoria técnica da Internationale Projekt Consult (IPC), uma consultoria de microcrédito alemã, e o apoio do banco comercial Fininvest, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Abriu caminhos para a difusão do microcrédito produtivo e tornou-se referência no ramo”*

E abriu caminhos mesmo para o capital fincar suas outras bases na favela.

Com o passar do tempo, a chegada de outras empresas encontrou limites impostos pelos mandos dos traficantes tidos como “donos das favelas”. Se eles não queriam uma tal empresa no morro, elas não poderiam estar ali. As ONGs deviam respeito aos chefes dos morros igualmente, mas pelo caráter pacífico não foram muitas a enfrentar problemas.

O Viva rio, no entanto, colocou-se sempre em profunda articulação com as forças militares da cidade do Rio, articulando projetos de segurança pública junto aos governos, propondo política públicas e ganhando editais para coordenação das mesmas nos territórios.

O primeiro mandato do governador Sérgio Cabral teve início em janeiro de 2007, e com a missão de apaziguar a cidade para os jogos pan-americanos em junho, José Mariano Beltrame foi chamado para assumir o cargo de Secretário de Segurança Pública do governo do Estado. Os anos de 2006 e 2007 foram marcados por episódios brutais de violência quando, em represália à ação do governo do Rio de transferir para outros estados líderes das principais facções criminosas (Comanda Vermelho, Terceiro Comando e A.D.A), a cidade viveu dias de pânico com arrastões, queimadas de ônibus, assassinato em massa de policiais, e cenário de guerra nas da cidade.

Na biografia de Beltrame o mesmo explicita que na primeira reunião da equipe de segurança pública sob sua chefia surgiu a proposta de “fim da polícia militar”, tamanhos eram os problemas da segurança pública no Rio de Janeiro. A proposta de cunho progressista, mas muito simplista, sequer foi debatida, pois José Mariano Beltrame interpelou o propositor afirmando que o fim da PM não configurava uma solução. Em contrapartida, Beltrame apresenta o modelo dos GPAEs e demonstra onde, para ele, constavam os erros. A solução tomada pelo governo do estado, sob sugestão de Beltrame: a privatização dos serviços de parte da polícia militar, abertura de mais concursos públicos para PMs, a desburocratização e a simplificação dos processos seletivos para PMs, e a aliança a organizações não-governamentais para que estas reiterassem a permanência dos policiais nas favelas. Se os GPAEs foram mencionados, nada melhor do que recorrer ao velho aliado, o Viva Rio.

Desde 1995 forte aliada das forças armadas cariocas, o Viva Rio fora convidado pelo governo do estado a ministrar o curso de formação e aprimoramento dos novos policiais ingressos para atuar nas UPPs. O Viva Rio recebe dinheiro público para a elaboração dos cursos, formação dos policiais, e de intermediário dos aluguéis dos contêineres que formam os postos das UPPs nas favelas.

Parceira em um projeto de segurança completamente militarizado, o Viva Rio colabora para a restrição do combate à violência apenas a partir da repressão. Em material disponibilizado pela própria ONG, a apostila de preparação dos novos policiais militares, mostra quem são os intelectuais convidados a solucionar os problemas de segurança pública no Rio de Janeiro. Organizam o material e as aulas dos Cursos de

Aprimoramento da Prática Policial cidadã (CAPPC), promovidos pelo Viva Rio, os nomes listados abaixo:

Antônio Carlos Rodrigues (BPChoque); Carlos Augusto Moreira Jardim (20º BPM); Félix Antônio de Oliveira (BPTur); Francisco Robson Gonçalves da Costa (13º BPM); Jefferson Paes Barreto (20º BPM); Joaquim José Chaves (GPAE 6º BPM); José Carlos Demétrio Sampaio (6º BPM); José Ruy da Costa (6º BPM); Luciano dos Anjos Matos (BPTur); Luis Antônio Mendes de Oliveira (RCECS); Paulo Roberto Vidal (GPAE 2º BPM); Renato Alves Coutinho (3º BPM); Rosângela Santos de Oliveira (RCECS); Sérgio Rodrigues do Nascimento (19º BPM); Walter Duarte Nepomuceno Filho (17º BPM); CAP PMERJ Marcilene Silva Braga; Ten Cel PM Luís Fernando Santos (PMERJ)

Sem nenhuma forma de participação de entidades representativas dos moradores locais, os cursos de preparação pensam a segurança apenas sob a lógica da militarização, e disponibiliza-se a serviço da segurança não humana, mas da livre circulação para fins de recolhimento do Estado, e do capital. Além disso, o Viva Rio promove constantemente eventos, palestras e atividades, nas comunidades, a fim de endossar as atividades coercitivas militares, a aliam-se ao Estado no oferecimento de serviços sociais, colaborando para o processo de alienação do qual fala Mike Davis.

## **Conclusão**

A principal questão inspiradora deste trabalho foi: de que modo se dá a organização da dominação de classes no Brasil? A tentativa de responder a esse nada modesto questionamento abriu um leque de diferentes abordagens possíveis, dentre as quais optei por investigar os meios através dos quais a sociedade civil (uma parcela dela) se organiza para tomada de posição e ação sobre os rumos da sociedade em que está inserida. Sem em momento algum abstrair da luta de classes como premissa da sociedade capitalista, e das especificidades do capitalismo neoliberal, abordo estas organizações também como espaços de disputa da luta de classes e, portanto, podendo ser utilizadas como instrumentos de dominação.

Analisar o conjunto de políticas de segurança pública aplicadas a uma capital como o Rio de Janeiro – conflitando a proposta com a implementação real, conhecendo seus principais formuladores, atores, algozes e vítimas – nos traz a uma questão

importante e incontornável: para qual grupo social é pensado o acesso irrestrito à cidade?

Em 2015, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou um período de intenso conflito, amplamente divulgado pela grande mídia, ocasionado pelos cada vez mais frequentes casos de “arrastões” e assaltos na zona sul, cartão postal da cidade. De um lado da linha, jovens negros e pobres sendo flagrados cometendo furtos nas praias dos bairros mais caros da cidade<sup>37</sup>, do outro, incitação ao discurso de ódio propagado principalmente por parte da classe média carioca e grupos de justiceiros organizados para “policiar” a zona sul segundo seus próprios critérios de segurança e, em meio a isto, o Estado que responde à violência com segregação e repressão<sup>38</sup>. É no curso deste momento que voltaram à tona de forma ainda mais intensa no Rio de Janeiro os questionamentos sobre quais medidas devem ser tomadas para resolver o problema da segurança pública na cidade. Este debate transcende o espaço do Estado restrito e chega às casas de pessoas de todas as classes, às ruas, às manifestações públicas... de modo que a opinião pública se fraciona em ideias diferentes, conflitantes, e baseadas em premissas e objetivos distintos.

É no bojo deste conflito de interesses que se dá a disputa por um projeto que se torne hegemônico, e é a partir de interesses comuns que grupos se formam e se organizam para elaborar um projeto que possa ser implementado. Os modos através dos quais esses projetos organizados por uma fração organizada da sociedade civil se tornam implementáveis são diversos, e envolvem obtenção de consenso, auxílio da coerção, ou, na maioria das vezes, doses de ambos. Não se pode negar o fato de que ao longo da história conquistas reais foram obtidas através da luta de “minorias” sociais oprimidas, da classe trabalhadora, de classes subalternas. No entanto, o caminho torna-se mais fácil quando o grupo organizado tem a seu favor representantes políticos no interior do Estado restrito, grupos empresariais que financiem seus projetos, e a grande mídia que dispõe seus veículos de comunicação em prol da obtenção de consenso em torno de um determinado projeto de sociedade.

Por perceber que a organização do Viva Rio – primeiro como movimento e depois como instituição – se deu num momento de conflitos parecidos com os de agora,

---

<sup>37</sup> Sobre a cobertura da mídia sobre o incidente, fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/zona-sul-do-rio-tem-tumulto-em-onibus-e-relato-de-assaltos-em-praia.html>

<sup>38</sup> Sobre a cobertura da mídia sobre o incidente, fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1684693-justiceiros-de-copacabana-grupo-decide-atacar-suspeitos-de-assaltos.shtml>

e seguiu o exemplo do “caminho mais fácil” como citado acima, é que busquei investigar, através da análise de seus projetos que foram alçados a políticas de segurança pública – como o GPAE que se tornou UPP – qual o modelo de sociedade está sendo construído (ou perpetuado) quando do planejamento destes, e a quais interesses de classe correspondem. Não se tratou aqui apenas de traçar da trajetória do Viva Rio consoante ao cenário de violência no Rio de Janeiro, como já o fizeram Zuenir Ventura<sup>39</sup> e Bernardo Sorj<sup>40</sup>, mas de pensá-la e investigá-la reconhecendo-a enquanto um lugar de organização de uma fração da classe dominante que formula políticas públicas auxiliares a permanência da dominação da classe burguesa em detrimento da classe trabalhadora.

Em uma realidade marcada pela luta de classes e, portanto, pela crescente desigualdade social e exploração da classe trabalhadora, é imperativo conhecer os dispositivos através dos quais as classes dominantes se reinventam para perpetuar a relação de dominação, para que possamos (nós e as gerações futuras) compreender de que modo e em qual contexto nossa atuação histórica se dá.

E é por isso que toda a pesquisa aqui disposta tentou, a todo o momento, mostrar como a ação de instituições privadas que se dizem independentes de governos atuam de forma tão atrelada quando unidas pelo interesse comum do fortalecimento de um projeto hegemônico. Os projetos de Pacificação, dos GPAEs às UPPs, não solucionam o problema da violência urbana porque ignoram suas raízes, ainda que certamente as conheçam. E isso não se dá por descuido, e sim porque a violência urbana só incomoda quando atinge as classes dominantes, quando limita a expansão do capital. Fora isso, o Estado convive muito bem com os altos índices de criminalidade de regiões periféricas, como a baixada fluminense, no caso do estado do Rio. A violência, assim como a favela, só se tornou um problema do Estado quando impuseram limites ao avanço do capital, e a ação conjunta de estado e organizações não-governamentais vêm transpondo esses limites de maneira satisfatória. E assim, mesmo aos mais belos discursos defensores de uma pacificação nos moldes aqui expostos, na verdade escondem uma política de controle dos pobres, com o consentimento dos mesmos.

Por sorte, apesar das grandes doses de repressão, coerção, obtenção de consenso, hegemonia que esmaga, setores dominantes aliados a Estados, a órgãos da sociedade

---

<sup>39</sup> VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>40</sup> SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com – A luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

civil, a aparelhos privados de hegemonia, a grande mídia... todas essas doses, a todo momento, ainda que de forma incipiente, precisam lidar com a resistência popular. Nesse caminho de lutas, fica a intenção de que os trabalhos acadêmicos contribuam cada vez de mais engajada à solução de fato das mazelas sociais.